



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIV - Nº 278 - DE 15 A 29 DE MARÇO DE 2004 - R\$ 1,50

Lula/PT: Cadê os 10 milhões de empregos?

Chega de demissão! Emprego para todos!

ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO

**(divisão de todo o trabalho disponível
entre os que possam trabalhar)**

Unir empregados e desempregados numa só luta!

Crise econômica e política se agravam.

As massas têm de lutar com independência de classe

Resoluções dos encontros da

Corrente Proletária na Educação e da

Corrente Proletária Estudantil Secundarista

**Crescem as lutas e a crise
na América Latina**



Manifesto do POR

Atentados na Espanha: culpa do imperialismo

Quinzena da Luta Operária

Polícia e Patrão Reintegram à Força Fábrica Flakepet

Em 9/12/2003, os trabalhadores da Flakepet (reciclagem plástica), em Itapevi, ocuparam a fábrica. Em 20/10/2003, o patrão Maurício Nogutti havia abandonado a empresa. Passado mais de um mês, os trabalhadores não receberam os salários, o INSS e o FGTS, este atrasado há um ano. O patrão montou a fábrica com dinheiro público do BNDES. Além de dar um calote nos trabalhadores, ainda leve R\$ 30 milhões ao BNDES.

Depois da ocupação, demonstrando a disposição de lutar em defesa dos 143 empregos da Flakepet, foi eleito um Conselho de Fábrica pelos trabalhadores e a produção foi retomada.

No dia 20/2/2004, um oficial de justiça veio à Flakepet com uma autorização de reintegração de posse. Os trabalhadores não entregaram a fábrica e o oficial foi embora. Neste dia também, com 8 visitas da PM, a Eletropaulo veio à fábrica para cortar a energia elétrica. Com a resistência dos trabalhadores, o corte de energia foi suspenso e abriu-se uma negociação com a Eletropaulo.

No dia 1º de março, houve uma reunião para discutir a questão da reintegração entre o Comandante da PM, representantes dos trabalhadores da Flakepet, e a advogada do patrão. Foi feito um acordo que não haveria nenhuma ação policial até o dia 4/3 (quinta-feira). Nesse meio tempo os trabalhadores e a advogada faziam negociações. No dia 2/3, os trabalhadores em Assembléia definiram a sua pauta para a negociação que seria realizada no dia seguinte.

No dia 3/3, às 6 horas da manhã, os operários da Flakepet foram surpreendidos com a chegada de um verdadeiro aparato de guerra na fábrica. Descumprindo o acordo em esperar a negociação até quinta, a tropa de choque a mando do Comandante Geral da PM reintegrou a fábrica.

Para os a direção dos operários da Flakepet, restou lutar agora para reverter à reintegração e salvar os 143 empregos. Mas isso não basta, é preciso criar um amplo movimento pela manutenção e criação de novos postos de trabalho. É necessário passar por cima da legalidade

burguesa e exigir com a massa na rua os postos de trabalho que a burguesia anda nos tirando.

Os operários da Flakepet mostraram que é preciso e possível estabelecer o controle coletivo da produção. Mas, ao mesmo tempo, a reintegração sob as armas da tropa de choque mostrou que é preciso a luta generalizada pelo controle operário da produção. A tendência da crise capitalista e da luta de classes levam ao controle coletivo. O problema é político: necessitamos expulsar a burocracia sindical e construir uma direção revolucionária. A construção do partido operário revolucionário é chave para a resolução desse impasse.

Volkswagen Alemã anuncia corte de mais 5 mil postos

Na terça, 9 de março, a matriz alemã anunciou um plano global para a eliminação de mais 5 mil postos de trabalho a serem extintos até o final de 2005. A subsidiária brasileira logo afirmou que não haveria nenhuma demissão forçada, mas que seriam eliminados através de aposentadorias e demissões voluntárias. Bom, já discutimos muito que essas demissões voluntárias não têm nada de voluntárias, que é uma forma da empresa pressionar os operários a se demitirem. E já demonstramos que a política de fechamento de postos de trabalho levará a aprofundar a miséria das massas e ao aumento da barbárie capitalista. Temos que lutar contra esta política de quebra dos postos de trabalho e exigir emprego a todos!

Fatecs em greve

Professores das Fatecs (Faculdades de tecnologia) e de ETEs (escolas técnicas de 2º grau) em SP iniciaram uma greve por tempo indeterminado no dia 3 de março. A reivindicação é de reajuste salarial de 72,22% equivalentes aos 8 anos sem reajustes e o aumento dos recursos para o ensino tecnológico que vem sendo degradado a cada ano. Apesar do governo demagogicamente ter inaugurado várias Fatecs em SP e de ter transferido as ETEs, manteve o mesmo orçamento global para elas, resultando num corte considerável

de verbas para cada unidade.

Japan Airlines cortará 4,5 mil vagas até 2007

Seria uma redução de 8% do seu quadro de funcionários. A princípio as vagas serão cortadas das pessoas que se aposentarem ou pedirem demissão. Parece sempre a mesma história. Os coitados dos capitalistas não querem fazer mal aos seus "colaboradores", mas quando não se atingem suas metas demitem sem consideração nenhuma.

Warner Music Group corta mil vagas

Foi a decisão do novo controlador da multinacional de entretenimento Edgar Bronfman. Para melhorar sua posição no mercado e poder tirar vantagens em futuras oportunidades, os burgueses fazem de tudo inclusive levar ao caos milhares de famílias que dependem única e exclusivamente de sua força de trabalho para poderem sobreviver.

É hora de se criar um grande movimento nacional pela escala móvel de salário e empregos!

Vemos que a cada dia nosso salário compra cada vez menos e que a cada dia o emprego fica mais difícil. A todo dia anunciam novos planos de demissões e para os operários que conseguem se segurar no emprego devem suportar incluir no seu trabalho o trabalho dos demitidos. Pois a ordem agora é não repor a vaga dos demitidos!

Se o número de vagas que as empresas dão hoje é inferior até ao volume de jovens que entra no mercado de trabalho atualmente, imaginem com todos esses desempregados daqui a alguns anos com as empresas cortando as vagas desta maneira.

É hora de criarmos um grande movimento nacional por emprego e salário.

A escala móvel de empregos fará com que se distribua todas as horas de trabalho do país entre os que precisam trabalhar. Terminando de vez com o desemprego.

Agrava-se a crise econômica, e com ela a crise política

Retrocesso na economia

O índice de 0,2% negativo na economia brasileira em 2003 reforçou as disputas entre as frações capitalistas ao redor da política econômica governamental. O resultado reflete deformadamente o retrocesso na indústria, que foi bem maior. É preciso considerar que a agricultura teve grande crescimento, voltado às exportações. E que o setor têxtil, também voltado às exportações, teve bom desempenho. O que significa que, para a composição da média de 1,8% de crescimento na indústria, o setor voltado ao mercado interno teve pesados retrocessos. Resultado da aplicação da política econômica governamental, de juros elevados, cortes de investimentos e aumento de arrecadação, tudo para atender às exigências do Fundo Monetário Internacional de criar caixa para pagar os credores da dívida pública.

A partir disso, a disputa entre as frações da burguesia tem se acentuado ao redor da necessidade do setor industrial de ter menores taxas de juros. O atendimento a essa reivindicação leva a mais inflação e menor capacidade governamental de sustento da dívida. Como o governo tem se empenhado no cumprimento dos compromissos com os organismos internacionais, têm sido em vão as gritarias dos industriais e de seus porta-vozes na política.

As tendências da economia apontam então para um maior endividamento público (a política ditada pelo FMI não é capaz de reduzir a dívida, ao contrário) num quadro de fortes pressões de contenção de consumo. O governo do PT/Lula leva o país para a futura inadimplência e quebra de setores da economia.

As denúncias de corrupção aparecem como meios desses setores burgueses travarem a disputa ao redor da política econômica governamental.

A corrupção surge de todos os lados

O Estado capitalista se assenta em re-

lações de corrupção. A corrupção é inerente ao Estado porque serve de meio para o poder econômico preservá-lo como seu instrumento. Um governo burguês sempre expressará as relações de corrupção próprias do Estado burguês. Com o governo do PT/Lula não está sendo diferente. Mas essa corrupção é em geral escondida, ocultada reciprocamente entre os bandos que dominam o Estado. Quando é denunciada, é separada do restante e levada adiante como ponto de barganha e negociação entre os bandos. As CPIs, quando criadas, servem de palco para essas negociações. Em geral, ao final, ainda dão atestado de honestidade aos investigados. E de peças de propaganda eleitoral.

As denúncias contra Waldomiro Diniz, ex-assessor de José Dirceu, Ministro da Casa Civil e homem forte do governo do PT/Lula, servem exatamente para isso. Como se o próprio Dirceu, e todos os outros nomes do governo, não estivessem metidos em falcatruas. Mas a oposição (PSDB e PFL) limita a denúncia ao ex-assessor, e exige CPI para o caso. Quer também que o poderoso José Dirceu deixe o governo, de modo a facilitar nas negociações ao redor das votações no parlamento os outros partidos burgueses.

As massas, para manter sua independência diante da burguesia, não podem seguir a nenhum dos lados em disputa. A bandeira de CPI é de frações burguesas, com interesses politiquieiros e eleitorais. As massas têm é de combater o governo burguês e corrupto do PT/Lula com suas lutas pelas reivindicações. Para julgar e punir de verdade a burguesia corrupta e seu governo, as massas em movimento erguerão seus Tribunais Populares, formados a partir das assembleias e submetidos a elas.

A democracia burguesa é uma farsa

A possibilidade de instalação de uma CPI dos bingos levou o PT a utilizar dos mecanismos antidemocráticos do parlamento e dos caciques mais reacionários

da politicagem burguesa.

A Constituição do país exige um terço de assinaturas da casa parlamentar (Senado ou Câmara dos Deputados) para instalar uma CPI. A oposição burguesa (PSDB e PFL) conseguiu assinaturas de parlamentares petistas no Senado para obter o mínimo necessário. Mas o presidente do Senado (José Sarney) se apoiou no regimento da casa para impedir a instalação da CPI. Seu argumento foi o de que é necessário que os líderes dos partidos indiquem os membros da comissão para instalá-la. Como o PT e o PMDB, junto aos demais partidos da base aliada ao governo, não indicaram membros, a CPI não foi instalada. O maior apoiador da manobra pró-governo foi o senador Antônio Carlos Magalhães, do PFL.

O parlamento no Brasil, peça essencial da democracia burguesa, mostra-se uma farsa. A maioria parlamentar não garante a aprovação de uma simples CPI. Tudo caba dependendo da atitude do presidente da mesa. Ou seja, tudo depende da vontade do governo, que se impõe arbitrariamente.

O governo do PT/Lula teve de se apoiar nas maiores raposas da politicagem burguesa para evitar o aprofundamento da crise política. A própria base parlamentar do PT compareceu dividida, foi a unidade com os partidos burgueses quem garantiu a manobra. O governo do PT/Lula se mostra atrelado às frações burguesas mais reacionárias. Sua política e seus atos estão e estarão condicionados por isso.

As conseqüências são pagas pelas massas

As frações burguesas que brigam pela mudança na política de juros e se preparam para a disputa eleitoral pretendem jogar o custo de suas reivindicações sobre as massas. Os juros não interessam às massas, trata-se de uma disputa entre a burguesia. Os juros altos sufocam a economia e geram mais desemprego. Os juros mais baixos servem à inflação, que rebaixa os salários. As di-

ações do movimento que se colocam de um lado ou de outro submetem as massas aos opressores. As reivindicações das massas se chocam contra todas as frações burguesas, que disputam como

fazer para jogar o custo da crise capitalista sobre as massas.

Nada de seguir as CPIs. A independência de classe se concretiza na defesa a fundo das reivindicações e na organiza-

ção de um movimento nacional de massa por todas elas. O que implica no combate às direções conciliadoras com o governo e com as submissas à oposição burguesa.

Plenária da Corrente Proletária da Educação

1. O governo PT/Lula dá continuidade à reforma educacional protagonizada por FHC. Manteve intacta a legislação que reduz o papel do Estado no sustento financeiro do ensino público e gratuito, que amplia a privatização, que intensifica a exploração do trabalho e que destrói direitos elementares, conquistados por meio da ação coletiva dos trabalhadores da educação e estudantes. Os mecanismos de transferência de verbas, como o Fundef, foram mantidos e sequer reajustado de acordo com a inflação do período. Sem dizer que nada foi apurado da corrupção em torno do repasse do dinheiro do Fundef. A aplicação de recursos à educação não saiu do patamar irrisório determinado pelo governo anterior, de 4,3% do PIB. A municipalização do ensino fundamental continua vigente, obrigando as prefeituras a arcarem com a maioria dos alunos. Não tocou na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impõe limites aos municípios nos gastos sociais e confisca parte significativa do Orçamento para o pagamento de dívida ao governo federal. Exigiu que o Congresso votasse a manutenção da DRU, dando liberdade ao governo de retirar 20% das verbas destinadas constitucionalmente aos serviços sociais. Isso significou uma perda em torno de 36 bilhões de reais no ano de 2003. Manteve a centralização burocrática do Estado sobre as escolas, por meio das avaliações externas. Depois de um ano no poder do Estado, a bandeira do PT de "escola pública, gratuita e de qualidade para todos" mostrou que não passava de arroubos reformistas. A substituição do Fundef pelo Fundeb,

que englobaria o ensino médio conforme promessa eleitoral, não pôde ser posto em prática. O governo do PT/Lula seguirá a diretriz educacional determinada pelo FMI/Banco Mundial aos países semicoloniais, o que implica cortes de verbas e crescimento da mercantilização do ensino.

2. Duas ações marcam o novo governo. A primeira, provisoriamente suspensa, refere-se ao "exame de certificação dos professores". O que significa a criação de uma avaliação para os professores que estão em exercício e os recém-formados. Tem o caráter obrigatório para os concluintes de cursos de Licenciatura Superior e Pedagogia. Trata-se de uma avaliação de desempenho. A segunda, é a Reforma Universitária, que tem como essência o corte de recursos aos institutos de ensino superior públicos e mecanismos de proteção ao ensino superior privado. Uma das primeiras medidas, já anunciadas, é a compra de vagas ociosas da rede particular. Desde o início da reforma educacional de FHC, os governos vêm reduzindo as verbas públicas às universidades gratuitas. Basta que verifiquemos que em 1995 os investimentos foram de 0,79%; em 1999, 0,61% e se retirarmos os aposentados, pensionistas e precatórios, em 1995, foi de 0,57% do PIB e em 1999, 0,40%. A orientação do Banco Mundial é a de multiplicação das Universidades privadas, introdução do ensino pagas públicas e ampliação da diferenciação institucional, que quer dizer cursos superiores mais rápidos e menos onerosos. A reforma universitária do governo

PT/Lula não rompe com essa diretriz. Ao contrário, elimina a débil autonomia universitária e, em troca, anuncia a criação de conselhos de controle externo das universidades, formado por representantes da decantada sociedade civil, que na verdade se resume aos empresários da educação e burocracia sindical.

3. O governo Lula sequer pôde cumprir seu programa eleitoral para a educação, que previa a elevação gradual dos recursos (chegando ao patamar de 7%), eliminar o analfabetismo e instituir a escola de qualidade. O combate ao analfabetismo viria por meio do Programa Fome Zero e a "escola de qualidade" estaria em oposição à municipalização "predatória", termo usado em oposição à municipalização do governo FHC. A revogação dos vetos de FHC ao Plano Nacional de Educação, que envolvem aumento de investimentos, também não se efetivou. O fracasso das medidas foi justificado com o argumento de que o Orçamento vinha do governo anterior e que pouco poderia ser feito na área social. Porém, em poucos meses, tudo se desfez, porque aprovou o novo Orçamento que mantém a redução de gastos com os setores sociais. Na verdade, a política educacional do governo está vinculada às metas determinadas pelos acordos com o FMI. A manutenção do superávit primário de 4,25%, os juros altos e a LRF atuam contra o aumento de verbas para o ensino, contra a eliminação da fome e do analfabetismo. As conseqüências recaem sobre a população pobre através do desemprego, do crescimento da miséria e da falta de va-

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

gas para todos nas escolas públicas. O governo, ao entregar 145 bilhões de reais para pagamento das dívidas interna e externa, confiscou 9,49% do PIB, portanto, o dobro do que se aplica em educação. O superávit foi mantido às custas da pesada carga tributária (36% do PIB), cortes orçamentários, arrocho salarial do funcionalismo, reforma da Previdência de aumento da contribuição e tempo de serviço e redução de investimentos estatais.

4. Os governos estaduais, que aplicaram a reforma educacional, seguem a orientação geral do Ministério da Educação. Aplicam a política de cortes de gastos, impõem o bônus ao invés de reajustes salariais, terceirizam os serviços nas escolas, ampliam os contratos temporários sem vínculos empregatícios, quebram a Previdência com a corrupção, com o não-depósito da contrapartida referente a cada funcionário e ampliam os descontos, determinam a municipalização e liquidam direitos elementares por meio da criação de novos Planos de Cargos e Salários. Por sua vez, os prefeitos agem em consonância com seus Estados. Os resultados recaem sobre os filhos da classe oprimida, que enfrentam as salas superlotadas, a falta de vagas, a degradação do ensino e o aumento do autoritarismo por parte das direções e organismos estatais. Uma das mais brutais violências é o desemprego que atinge em cheio a juventude e traz consigo toda sorte de marginalidade. A escola não fica fora dessa realidade, faz parte da sociedade e carrega para seu interior todas as mazelas e barbaridades de um sistema econômico-social que se decompõe.

5. A crise da educação manifesta-se na incapacidade de combinar a escola e o trabalho. Por isso, torna-se cada vez mais inoperante e desacreditada por parte da juventude e dos trabalhadores. A destruição de postos de trabalho, que se avolumou com as medidas neoliberais, a existência de milhões de jovens desempregados ou subempregados, a imposição de um salário mínimo de fome e uma escola divorciada dos reais problemas fazem dela um estopim da violência. As soluções burguesas, que se resumem nas campanhas morais de

pregação da paz e cidadania, não atingem a raiz do problema. Isso porque a raiz da crise educacional é de ordem econômica, que só pode ser resolvida pela ação política da maioria explorada sobre a minoria detentora dos meios de produção e gerenciadora do Estado. Nos países semicoloniais, como o Brasil, submetidos ao saque imperialista, a reivindicação de escola pública e gratuita necessariamente é também antiimperialista. Pois, a diretriz norteadora da reforma educacional é traçada de fora para dentro e, portanto, nada tem a ver com as reais necessidades do país, que carece de um desenvolvimento econômico harmônico e que atinge a juventude que clama pelo emprego. O governo PT/Lula, ao cumprir as metas do imperialismo, atua quebrando parte das forças produtivas do país e sucateando ainda mais a débil educação brasileira. O fato da maioria do povo possuir em média 4 anos de escolaridade confirma a colocação de que o Brasil é um país de pobres e analfabetos.

6. As potências imperialistas dominam o mercado mundial e disputam entre si a hegemonia sobre as nações semicoloniais. Nas últimas décadas, os Estados Unidos detêm o monopólio do comércio mundial, seguido da União Européia e pelo Japão. Os dados de que 48% das maiores empresas e bancos são norte-americanas; 30% são da União Européia e 10% são japonesas confirmam o poder dos monopólios sobre as nações capitalistas mais atrasadas. O argumento usado pelo governo FHC de que a Reforma da Educação ajudaria modernizar o país e torná-lo mais competitivo se resume numa farsa. Os mercados mundiais não são competitivos, mas definidos pelo poder dos monopólios. A educação não foge à regra. A produção científica e investimentos em pesquisa estão sob o domínio dos Estados Unidos, de alguns países europeus e do Japão. A escola, como produtora de conhecimento como dizem os acadêmicos, não tem fundo real, pois o conhecimento é propriedade privada dos monopólios e se concentra nos países imperialistas. Via de regra as chamadas pesquisas não passam de caricaturas acadêmicas. Não por acaso, a Reforma educacional do FMI para o Brasil não é

de escola para todos, mas limitada ao ensino elementar (ciclo fundamental). Também não por acaso, a legislação (LDB) assegura e amplia a privatização, quando institui que o ensino é livre à iniciativa privada e que recursos públicos serão destinados às escolas tidas como comunitárias e filantrópicas. O governo do PT/Lula para se conseqüente com seu programa teria de começar abolindo a legislação privatista. Mas, o que vemos são os incentivos que se materializam pela compra de vagas. A burguesia e o reformismo não podem solucionar os graves problemas educacionais, porque não podem romper com o poder dos monopólios, que exigem cada vez mais a transformação da educação em negócios rentáveis (é uma das cláusulas da Alca) e o capital financeiro credor que impõe a máxima redução dos gastos públicos e implantação do mercantilismo nas Universidades estatais.

7. A política do reformismo petista, por meio das direções sindical e estudantil, é de "verbas públicas somente para as escolas públicas". Trata-se de um slogan demagógico porque nunca se opuseram à Constituição de 1988 - que legitima os recursos públicos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas - e nem a LDB, que referenda o artigo 213 da Constituição. O PCdoB coloca-se pela "escola pública, gratuita, unitária, laica, politécnica e de qualidade social". Portanto, uma mistura de conceitos do PT ("qualidade social") com formulações do partido comunista ("unitária", "politécnica"). Mas, na verdade, são confeitos porque defendem a LDB. Nunca fizeram críticas às formulações privatista do PT. As Correntes centristas acabam assumindo essa bandeira, embora digam que são contrários à LDB. Um dos exemplos é o da Oposição Alternativa, composta pelo PSTU e PT, que formula o "sistema único de educação", mas não se coloca pela estatização de todo o sistema escolar, sem indenização. A estatização de todo o sistema de ensino e seu controle pelos que estudam e trabalham é uma reivindicação democrática, mas que a burguesia e o reformismo não poderão pôr em prática. Isso porque implica enfrentar os capitalistas da

educação e os organismos imperialistas, que ditam as normas anti-estatais. As medidas neoliberais para a educação são de desestatização. Lutar contra o neoliberalismo é se colocar pela estatização, contra o avanço do ensino mercantilizado. Significa a defesa do acesso irrestrito à educação pela população pobre. O sistema único estatal, inteiramente sob o controle dos trabalhadores e estudantes, é uma reivindicação transitória, de caráter democrático, que deve se somar ao programa anticapitalista e antiimperialista da classe operária. A luta conseqüente dessa reivindicação se choca contra os capitalistas, seus partidos e seu Estado.

8. O PT nunca se colocou contra os vestibulares e outras formas de seleção e avaliação externas. Os exames para as universidades públicas e escolas técnicas são para eliminar a maioria dos estudantes e responsabilizá-los pela reprovação. A defesa de cotas para que os negros tenham acesso aos institutos superiores públicos, com o argumento de serem maioria e impossibilitados de concorrerem com o brancos em igualdade, porque são pobres, serve para mostrar que são contrários ao acesso livre a todos os níveis de ensino. As correntes centristas acabam fazendo coro com o reformismo ao se posicionarem que "a política de cotas é um instrumento tático na promoção da igualdade entre negros e brancos" e ao levantarem a bandeira de "fazer a defesa pública das ações afirmativas inclusive de cotas para os negros nas universidades públicas e no serviço público". A reivindicação de fim dos vestibulares e avaliações governamentais está em consonância com o acesso a todos. E sintetiza a luta contra as reformas educacionais privatistas, que protegem o ensino mercantil em detrimento do gratuito. Permite a unidade com os estudantes, filhos da classe trabalhadora, que são impedidos de freqüentarem as universidades públicas e as escolas técnicas.


9. O acesso a todos ao ensino público implica defender a vinculação da escola com o trabalho. A quantidade de jovens fora das escolas não se deve unicamente a ausência de vagas na educação básica. O ensino médio, apesar de ser conside-

rado o que mais cresceu em número de matrículas, abarca somente oito milhões, o que significa 33,4% da população entre 15 a 17 anos. Sequer esse pouco crescimento não se traduziu em aumento do número de escolas e salas de aula, provocando falta de vagas e salas superlotadas. Mas é nesse nível escolar que há maior evasão. Apenas 70% dos que iniciam concluem os estudos e geralmente acima da idade. O estado de São Paulo não fica fora dessa situação, pois 48% desses jovens estão fora das escolas. O fato é que a juventude sofre com a falta de vagas, é obrigada desistir dos estudos quando consegue o trabalho e está sujeita a cursar mais de uma vez a mesma série. Há um dado significativo que revela que o jovem entre 16 e 24 anos é o que tem as maiores jornadas de trabalho, chegando a ser de até 42,7% acima do que a lei determina. Isso, conseqüentemente, é um elemento impeditivo para o acesso e permanência à escola. A reivindicação de escola e trabalho à juventude responde a uma necessidade concreta da maioria oprimida. Não é possível universalizar o ensino médio sem que haja uma vinculação como o trabalho produtivo. O que quer dizer que a jornada de trabalho deve ser compatível com a idade e com os estudos. A bandeira emprego a

toda juventude, com uma jornada de 4 horas, com todos direitos trabalhistas e um salário de acordo com suas necessidades, e acesso irrestrito a todos os níveis escolares deve fazer parte da luta pelo ensino público, gratuito, autônomo de laico. Trata-se de uma reivindicação que se opõe à brutal exploração que está sujeita a grande maioria daqueles que estão no mercado de trabalho. O vínculo da escola com a produção social é a única forma de se ter uma escola científica, capaz de desenvolver as capacidades físicas e mentais. Essa é a verdadeira unidade entre a teoria e a prática.

10. O programa educacional do governo PT/Lula pode ser resumido em 6 pontos. 1) "No campo do direito à educação, não é possível tolerar o analfabetismo, num contexto de tantas exigências no mundo do trabalho e, sobretudo, no próprio exercício da cidadania"; 2) "A educação não é mera forma de adiestramento da força de trabalho, mas é condição para a cidadania"; 3) "É preciso universalizar o ensino básico, tendo como preocupação central a qualidade do ensino"; 4) "O governo deverá reverter o processo de municipalização predatória e estabelecer um novo marco de solidariedade entre os entes federativos"; 5) "As universidades públicas e os institutos de pesquisas serão valorizados e integrados ao processo de desenvolvimento nacional"; 6) "Os recursos devem ser progressivamente ampliados que, contemplem, inclusive, a valorização dos profissionais da educação". O palavreado reformista serve, na verdade, para acobertar a política pró-imperialista do governo no campo da educação. O governo Lula irá fundo nas exigências dos credores internacionais, que determinam os cortes de recursos ao ensino gratuito e incentivos à privatização. Os educadores e os estudantes devem se colocar contra a política educacional do governo, que se reflete também nos estados, por meio da unidade e do programa de defesa da escola única, pública, gratuita, laica, autônoma e vinculada à produção social. Defender esse programa é se opor ao capitalismo e trabalhar pelo socialismo.

**Nova publicação do
POR:**

Leon Trotsky 

**Stalin, o grande
organizador de derrotas.
A Terceira Internacional
depois de Lenin**

(Capítulo 1, 1ª parte:
A Estratégia e a Tática
na Época Imperialista)

Partido
Operário
Revolucionário **COMISSAS**

É preciso enfrentar os governos: Alckmin, Marta e Lula

Os trabalhadores e a população pobre vivem o tormento do desemprego, do arrocho salarial, da eliminação de direitos trabalhistas, da falta de atendimento médico, da elevação dos impostos, do crescimento da violência e da liquidação do ensino público. É sobre a maioria explorada que recai o peso das medidas antinacionais e antipopulares. E foi essa maioria que depositou a confiança no governo PT/Lula. Mas, depois de um ano de governo, sequer as promessas eleitorais foram cumpridas. Ao contrário:

Ao invés de 10 milhões de novos empregos, temos mais de 10 milhões de desempregados, sem contar os subempregados e aqueles que já não fazem parte das estatísticas (não têm endereço fixo, são moradores de rua etc);

Ao invés de reforma agrária, tivemos crescimento dos assassinatos de sem-terra e mais acampamentos à beira das estradas;

Ao invés da erradicação da fome, tivemos a imposição do salário mínimo de 240 reais, que condena milhões de brasileiros à miséria.

Mas o governo PT/Lula cumpriu o que prometeu aos banqueiros, às multinacionais, aos latifundiários e aos empresários:

Prometeu 4,25% de superávit primário e cumpriu ultrapassando essa meta estipulada pelo acordo com o FMI;

Prometeu pagar os juros das dívidas interna e externa e prontamente entregou aos credores internacionais 145,210 bilhões de reais;

Prometeu terminar a Reforma da Previdência de FHC e cumpriu instituindo os descontos para os aposentados, aumentando as contribuições do funcionalismo e dificultando as aposentadorias e mantendo os privilégios aos militares, juizes, parlamentares e governos;

Prometeu realizar a Reforma Tributária e cumpriu descarregando a pesada carga sobre os explorados;

Prometeu proteger os banqueiros e cumpriu instituindo os altos juros, que têm feito dos bancos uma mina de lucratividade;

Prometeu dar continuidade à reforma da educação exigida pelo FMI/Banco Mundial e já anunciou medidas que atin-

gem o ensino superior - compra de 100 mil vagas ociosas da rede privada, um "negócio da China" para os donos de escolas particulares.

Como se vê, trata-se de um governo a serviço dos interesses da burguesia imperialista e dos capitalistas nacionais. E, como todo governo que se propõe a administrar e legislar o Estado burguês, não pode ficar isento das falcatruas, da corrupção e do tráfico de influências. A corrupção veio à tona e atingiu a alta cúpula governamental. Os que denunciam (PSDB-PFL) estão também enlameados por toda sorte de corrupção. São as disputas interburguesas que fazem vir à luz do dia o enorme lamaçal que envolve o Estado capitalista. Repetimos: a corrupção é inerente à sociedade de classe e ao Estado burguês. Por isso, nenhuma CPI poderá contê-la. O destino da corrupção e de todas as mazelas que asseguram a tal governabilidade depende da luta contra o sistema econômico (capitalista). E essa é uma tarefa da classe operária e demais oprimidos.

Alckmin (PSDB) e Marta (PT) seguem a política geral do governo federal. Impõem uma das maiores violências sobre o funcionalismo, que é o arrocho salarial; ampliam os descontos; quebram conquistas sociais; aumentam os contratos temporários sem vínculo trabalhista e destróem o ensino público por meio de fechamento de cursos e salas, superlotação e do aumento da exploração do trabalho. Eis aí porque somos obrigados a enfrentá-los de conjunto para arrancar nossas reivindicações.

Unidade grevista

A assembleia já foi marcada para o dia 26 de março, tanto dos municipais quanto dos estaduais. Porém, a burocracia que dirige os sindicatos atua para que não haja uma só assembleia. Embora as reivindicações sejam as mesmas - reajuste imediato dos salários, emprego a todos, fim das reformas que retiram direitos - as direções sindicais tratam o movimento de forma corporativa. Mas as experiências têm nos mostrado que a divisão só favorece os governos. Sem dizer que boa parte do professorado estadual é também do município.

Uma greve no estado ou no município faz com esse professor seja grevista de tempo parcial. Nossa força está exatamente na ação coletiva e de massa do funcionalismo. A assembleia unitária dá coesão ao movimento e disposição de luta para aqueles que ainda têm desconfiança na capacidade de vitória do movimento.

Há, também, um outro problema: uma parcela dos trabalhadores da educação ainda se encontra iludida com a conversa mole do bônus. Alckmin pressiona para que não haja falta, não concede reajuste, impõe a divisão entre ativos e inativos, cria mais descontos e tem educador que não se deu conta do estrago que essas medidas têm causado a sua vida e ao ensino gratuito. É essa parcela que tem de ser ganha para a greve. E não o contrário. Para isso, é fundamental uma campanha intensa nas escolas, nos bairros e junto aos estudantes em favor da unidade grevista para arrancar as reivindicações.

Nossas propostas:

1. **Assembleia unitária dia 26 de março, com paralisação de todas as escolas municipais e estaduais;**
2. **Aprovação de uma pauta única de reivindicação, que defenda o salário, emprego e conquistas trabalhistas;**
3. **Eleição de um comando único de greve;**
4. **Assembleias unitárias nos bairros para conquistar o apoio efetivo da população.**

Alckmin ameaça com mais repressão

Bastou anunciar assembleia e o "indicativo" de greve para que Alckmin retirasse da gaveta os processos da greve de 2000. Depois de exonerar 4 professores, puniu mais 35 e intimou os para depor no Distrito Policial, a partir do dia 15. O governo pretende, com isso, intimidar e arrefecer a luta. A resposta tem de ser a greve. Somente o movimento grevista pode garantir a suspensão das medidas repressivas do PSDB, inclusive a reincorporação dos professores exonerados.

Boletim da Corrente Proletária da Educação Municipal - São Paulo

A Corrente Proletária dos Trabalhadores Municipais faz campanha pela unidade do funcionalismo contra a política de arrocho e destruição de direitos. O boletim abaixo foi distribuído na assembléia.

Um só movimento para derrotar os governos que solapam o ensino público

Eis as razões que nos obrigam a enfrentar a política educacional do governo Marta/PT:

1. As perdas acumuladas nos governos Maluf/Pitta atingiram 81%. No governo Marta, já ultrapassam 20%;
2. Em 2001, a prefeita concedeu 5% de reajuste. Em 2002, foram 8% parcelados em três vezes. E em 2003, 6% parcelados em duas vezes. Nesse ano, sequer a esmola foi anunciada;
3. Reduziu as verbas para a educação de 30% para 25%;
4. Impôs um novo Plano de Carreira, Cargos e Salários, que reduz direitos;
5. Os CÉUS e o assistencialismo (uniformes, materiais escolares etc) consomem 60% do orçamento destinado à educação.

Os resultados dessa política têm provocado:

1. O aumento do arrocho salarial;
2. Contratos temporários com salários de fome, menos de dois salários mínimos;
3. Avanço da terceirização da merenda escolar;
4. Salas superlotadas, falta de professores e funcionários e eliminação de conquistas sociais por meio da imposição do Plano de Carreira.

A política educacional do PT/Marta é a mesma de Alckmin e do governo Lula

Os governos, em todas as esferas (federal, estadual e municipal) vêm implantando as diretrizes da reforma educacional do FMI/Banco Mundial. Essa tem como essência a redução de recursos ao ensino público e gratuito. Está aí por que impõem um brutal arrocho salarial, destroem conquistas elementares e sucateiam as condições de trabalho e de ensino.

A rede municipal inchou de alunos, nesses últimos anos, e as verbas murcharam. Os CÉUs são escolas para poucos e usados para a campanha eleitoral.

Os cortes nos gastos sociais são exigências dos credores internacionais para que o Brasil continue cumprindo os acordos de pagamento da volumosa dívida interna e externa. Somente em juros, o governo Lula já pagou 145 bilhões de reais, ou seja, 9,49% do PIB. Não esqueçamos que os investimentos para educação não ultrapassam os 4% do PIB. A Lei de Responsabilidade Fiscal atua como forma de arrancar mais dinheiro dos municípios. Não por acaso, o secretário de finanças afirma que 13% do orçamento serão para pagar a dívida ao governo federal.

A política educacional de Marta está atrelada a essa orientação mais geral, que é a de reduzir cada vez mais os chamados

gastos sociais. Nada tem de "inclusiva", "cidadã" e de "qualidade", como afirma o seu programa. Esses arremedos democratizantes servem, na verdade, para esconder o elevado grau de submissão do país aos credores imperialistas, que exigem cortes brutais na educação, saúde, previdência e outros serviços sociais.

Junto com Alckmin e Lula, Marta descarrega sobre os trabalhadores da educação a contenção salarial e a extinção de direitos.

Assembléia unitária: dia 26 de março

Os professores da rede estadual vivem os mesmos problemas. A divisão entre municipais e estaduais só interessa ao PT e ao PSDB. A construção de um único movimento para enfrentar os governos de Marta e Alckmin deve ser colocada em prática.

Aprovemos: uma assembléia massiva de trabalhadores da educação das redes municipal e estadual e a unidade grevista para derrotar a política educacional dos governos, que é a de destruição do ensino gratuito.

As direções sindicais, tanto do Sinpeem quanto da Apeoesp, se colocarão contra. São corporativistas e atuam fragmentando a luta dos trabalhadores. Devemos rechaçar toda conduta que impede a unidade dos trabalhadores para enfrentar os governos.

Avaliação da Assembléia

A Corrente Proletária distribuiu nas escolas o boletim abaixo.

Pela Unidade Grevista Nada de rebaixar o piso salarial

No mesmo momento de avanço contra o funcionalismo com cortes de direitos e arrocho salarial, por meio do novo Plano de Cargos, Carreira e

Salários, Marta/PT retoma as contratações milionárias com empregadas e

empresários para dar continuidade às obras paralisadas. Por outro lado, a direção do sindicato apresentou a reivindicação principal de piso de três salários mínimo, alegando que esse índice significaria um bom aumento para o pessoal do quadro de apoio em início de carreira.

Nas visitas às escolas, a direção chegou ao absurdo do peleguismo de usar argumentos do tipo: "a prefeitura vive uma crise"... "queremos e precisamos do apoio da população na campanha salarial, por isso não podemos reivindicar um alto índice"... "ganhamos acima da média dos demais trabalhadores"... "é preciso reivindicar dentro daquilo que é possível conseguir"... "quando o piso é alto o próprio funcionário não quer lutar pois não acredita na vitória".

Na verdade, o que houve foi o acréscimo de uma reivindicação que significa o rebaixamento salarial, manutenção do arrocho e exploração do trabalho.

Dizemos que se trata de uma vio-

lência contra o nosso salário, porque a reivindicação é de 80%, correspondentes às perdas de Maluf/Pita e mais 20% do governo Marta/PT.

Dizemos que se trata da manutenção do arrocho salarial, pois o piso de três salários mínimos (R\$720,00) não dá para o sustento de uma família.

Dizemos que é a manutenção da exploração do trabalho, porque com esse salário estamos obrigados a trabalhar em mais de uma rede.

Por último, trata-se da aberta colaboração da direção do sindicato com a prefeitura.

Mas é preciso também denunciar a conduta antidemocrática da direção do sindicato, que usa de todos os meios para impedir que setores oposicionistas possam se manifestar na assembleia. Na última assembleia, a direção rapidamente colocou em votação a pauta da campanha salarial. As manobras foram usadas e a pauta foi aprovada. Denunciamos, também, a conduta da Oposição Alternativa (PSTU e setores do PT) que se calou

diante da reivindicação de três salários mínimos. Sequer defendeu o piso do Dieese tão propagado em outros momentos. A burocracia sindical, com seus métodos gangsteris, impediu que a Corrente Proletária pudesse defender suas propostas.

Os funcionários municipais devem rejeitar a pauta aprovada e defender a unidade grevista com os professores da rede estadual. Os burocratas do sindicato, mesmo aprovando assembleia no mesmo dia (26 de março) farão de tudo para que não haja uma efetiva unificação do movimento.

A Corrente Proletária defende:

1. Assembleia unitária dia 26 de março, com paralisação de todas as escolas municipais e estaduais;
2. Reposição das perdas dos governos Maluf/Pita e Marta;
3. Eleição de um comando único de greve;
4. Greve unitária para derrotar a política de arrocho e destruição de direitos de Marta, Alckmin e Lula

Funcionários da Educação - SP

Os Funcionários da Educação Devem Exigir uma Assembleia Geral

Nosso trabalho tem sido massacrado pela política do governo. Os salários estão arroxados há 10 anos, nem mesmo o reajuste do salário mínimo foi corrigido no ano que passou, apesar do aumento dos preços da tarifas públicas, (água e luz), do aumento dos preços do gás, da alimentação etc. nosso salário não saiu do lugar. Os contratos temporários e as cooperativas foram a forma do governo investir contra nosso emprego e contra os salários.

Essa diretoria que está aí, representante da corrente Articulação, encobriu nestes últimos anos toda a política de destruição da educação pública, não só encobriu como colaborou e colabora com o governo tanto de Geraldo Alckmin como do governo PT/Lula.

Ainda mais: está envolvida até o pessoal com a corrupção, nega convocar uma assembleia geral para que a classe

possa levantar os seus problemas, reivindicações e organizar a luta. Não convoca a assembleia, pois sabe que se fizer poderá ser varrida do sindicato por ser vendida para a política governamental e suas mazelas.

Nesse momento, devemos exigir com mais força a convocação da assembleia geral, para averiguar tudo o que se passa no Sindicato, para aprovar a pauta de reivindicações, para colocarmos em defesa de nossa classe sem nenhum compromisso com a política de nenhum tipo de governo que nos engana com as migalhas que caem de sua mesa como o bônus e para limpar de nosso sindicato a burocracia.

Nossas Reivindicações:

Emprego a todos Na escola existe um grande número de cargos para serem

preenchidos, que o governo contrate imediatamente os trabalhadores.

Efetivação de todos os que já trabalham nas escolas O governo tem gastado muito dinheiro com as cooperativas, apadrinhando muitos amigos com esta política, enquanto isso os trabalhadores contratados ganham a metade do salário do funcionalismo e não tem nenhum direito trabalhista. Devemos exigir o fim das cooperativas e a efetivação dos contratados, que já estão provados no trabalho.

Salário igual para trabalho igual Que todos os trabalhadores tenham o mesmo salário e o mesmo contrato trabalhista, ligados ao estatuto do funcionalismo.

Aumento Real imediato Que a assembleia calcule os índices de preços e exija do governo o índice incorporado nos salários.

Por um movimento pela reabertura de salas de aula e emprego a todos

1. A municipalização das escolas da região de Francisco Morato, Franco da Rocha e Caieiras levou ao fechamento de salas de aula do supletivo, com a exclusão de milhares de estudantes da escola e aumento do desemprego para os professores. A municipalização é parte da política de desresponsabilização do Estado para com o ensino, obedecendo às imposições dos acordos firmados com os organismos internacionais (Banco Mundial, BID etc.). Por essa política, o governo federal deve ir se livrando dos gastos com o ensino superior, o governo estadual deve passar o ensino fundamental para as mãos dos municípios e as cidades assumem as escolas sustentando-as com os recursos do Fundef. Como os supletivos não permitem aos municípios o uso de dinheiro do Fundef, não há interesse das prefeituras em assumir os gastos com essa formação escolar. O resultado é o fechamento de salas de aula e o favorecimento do ensino pago. As prefeituras e os estados economizam dinheiro e os capitalistas da educação ganham mais clientes. Os estudantes excluídos e os professores desempregados são os penalizados por essa política.

2. Os supletivos são medidas paliativas de resposta à evasão escolar e à falta de vagas e condições ao estudo. As dificuldades econômicas das famílias de assalariados mais oprimidas, a falta de vagas nas escolas, a necessidade do trabalho em condições de superexploração (longa jornada e ritmo estafante), o desemprego e os altos custos de transporte, material escolar e alimentação realizam uma exclusão social do estudante das escolas. A perda de anos de estudo atrasa a formação escolar de uma grande parte dos estudantes. A existência dos supletivos públicos é a saída para esses estudantes retomarem a vida escolar e atenderem às exigências do trabalho. Eles existem porque não há garantia de vaga para todos nas escolas aliada a uma jornada de trabalho de meio período, condições que permitiriam o desenvolvimento escolar em ritmo adequado às

necessidades e possibilidades dos estudantes trabalhadores. Defendemos o direito dos estudantes retomarem seus cursos com os supletivos contra as medidas de exclusão dos governos, mas colocamos como a reivindicação central a defesa de que haja vagas para todos os estudantes, emprego de jornada reduzida para eles e condições plenas para que possam estudar (passe livre, alimentação, material escolar etc.)

3. A bandeira de "nenhum estudante fora da escola, jornada de trabalho de 4 horas e emprego a todos" expressa a reivindicação democrática do direito efetivo de educação para todos sustentada pelo Estado. Essa bandeira se opõe à política de sucateamento do ensino público e privatização, que expressam os interesses de sustento do parasitismo financeiro pelo Estado por meio do corte de verbas dos serviços sociais públicos e entrega desses serviços à exploração capitalista. A exclusão de estudantes e demissão de professores responde a esses interesses. A desintegração do capitalismo é o que obriga a burguesia a buscar a preservação da lucratividade do capital por meio do parasitismo e da exploração dos serviços sociais públicos. A defesa do direito democrático à educação se choca contra a existência do ensino pago e o sustento do parasitismo financeiro. Só pode ser atendida plenamente com a expropriação sem indenização das escolas particulares e seu controle pela comunidade (professores, estudantes, funcionários e população). Essa será realizada plenamente como parte da revolução proletária, que transformará a propriedade privada em coletiva, socialista.

4. A política neoliberal para a educação se fundamenta no sucateamento e na privatização. Na região, isso se concretiza no fechamento de salas e migração de estudantes para o ensino pago. Os interesses que movem essa política são a determinação do Estado e da Prefeitura em economizar os recursos a fim de cumprir

os compromissos com o capital financeiro. O Estado entrega as escolas para a Prefeitura tocar, e assim corta gastos. O Município assume as escolas com a condição de obter verbas do Fundef, que vêm do governo federal, mas que só podem ser aplicadas ao ensino fundamental. O uso de recursos do Fundef permite economia no orçamento municipal e desvios fraudulentos. As escolas particulares pressionam pelo fechamento de salas, o que empurra os estudantes para as escolas particulares e os obriga a pagar mensalidade. Isso aqueles que podem fazê-lo, porque boa parte não têm condições de pagar e fica sem escola.

5. O desemprego é um flagelo que tem atingido mais duramente a juventude. É entre os jovens de 17 a 24 anos que se concentram os maiores índices de desemprego. A falta de trabalho pressiona a juventude a abandonar a escola e a buscar meios de sustento no subemprego, nas atividades ilícitas (tráfico, contrabando etc.) e a se autodestruir. O direito à educação não pode se realizar plenamente se o jovem não pode trabalhar e se sustentar. A reivindicação de emprego para a juventude permite unir a luta pelo efetivo direito à educação à luta dos trabalhadores pelo emprego e salário. O movimento estudantil tem de assumir a reivindicação de emprego à juventude e o movimento operário tem de unir empregados e desempregados, junto à juventude, para reivindicar a divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar (escala móvel de horas de trabalho) de forma a garantir emprego a todos.

6. O direito efetivo à educação implica a possibilidade material do jovem frequentar a escola. As vagas para todos dependem, para sua efetivação, da possibilidade do jovem trabalhar e estudar sem uma jornada estafante, com direito ao transporte até a escola e com a possibilidade de ter acesso ao material escolar. A bandeira de passe livre vem nesse sentido: busca garantir a possibilidade

do estudante frequentar as aulas. O problema é que as empresas de ônibus e as prefeituras, quando se dispõem a discutir a reivindicação, apontam a saída de penalizar o restante da população com reajustes de tarifas para atender os estudantes e não reduzir os lucros dos capitalistas do transporte público. Jogam assim os assalariados contra os estudantes. Por isso, a efetivação do passe livre está ligada à estatização das empresas de transporte, com o controle dos trabalhadores e da população, de forma a não penalizar a população, ao contrário, beneficiando-a com o controle sobre o transporte e unindo estudantes e trabalhadores para ampliar sua força.

7. Ao invés de aceitar o fechamento de salas de aula, propomos a mobilização pela reabertura das salas e contratação dos professores necessários. O movimento se estrutura com suas próprias forças e organização. Nossa corrente atua nesse processo impulsionando as tendências de luta e dando expressão política, teórica, a elas. Para isso, é preciso que a Corrente Proletária Estudantil se empenhe em organizar um comitê de luta do movimento, de forma a atuar em seu interior. A preparação das atividades e a organização da juventude ao redor das idéias revolucionárias se fará no interior desse comitê e das plenárias e atividades do movimento. O comitê é expressão organizativa do movimento, que não é só da CPE. Entre uma plenária do movimento e outra, o comitê se reúne e organiza as atividades e mobilizações.

8. A participação das pessoas e seu envolvimento com o trabalho coletivo fortalece o movimento e prepara as condições para as ações de maior força e radicalidade. Por isso, o comitê deve favorecer o trabalho de cada participante do movimento, com a atribuição de atividades e responsabilidades, como a coleta do cadastro e o abaixo-assinado. Essas atividades devem estar voltadas desde sempre para a mobilização, a ação coletiva. O cadastro deve servir para preparar uma entrega coletiva com ato público e passeata até a Prefeitura das cidades. Devemos mostrar que é a unidade que possibilita a força para

conquistar a reivindicação. A preparação cuidadosa da manifestação depende de um bom trabalho organizativo, que não é apenas tarefa da CPE, mas do comitê do movimento como um todo. A efetivação dessa mobilização dará mais força e confiança ao movimento, de forma a permitir que possa avançar para outras atividades mais ousadas, como a ocupação de uma escola com salas ociosas ou o bloqueio de uma estrada.

9. A CPE atuará nas plenárias e no comitê de forma organizada e sempre manifestando suas posições políticas e propostas. O boletim deve ser o instrumento de divulgação da política e das propostas da CPE, e pode organizar mais gente ao redor dele. Não basta apenas distribuir o material, é preciso discutir-lo com os integrantes do movimento e organizá-los ao redor do boletim. O que significa que devemos buscar que nosso material seja levado e distribuído e discutido por outros integrantes do movimento, organizando uma rede de distribuidores e defensores em seu interior. A preparação da atuação nas plenárias e no comitê deve ser bem feita, com a discussão dos problemas e a elaboração de propostas. A dinâmica do movimento e sua democracia interna permite a elaboração coletiva de propostas que irão além daquelas que a CPE apresentar. A rápida resposta coletiva a essa elaboração e sua assimilação ou não depende de boa organização e empenho da CPE.

10. A necessidade de buscar apoio material e político para o movimento coloca a possibilidade de trabalho frentista. O envolvimento do sindicato dos professores, por reivindicação do movimento, deve servir para mostrar a necessidade de unidade com os professores, que sofrem as consequências do desemprego pelo fechamento de salas, e o apoio material do sindicato ao movimento. O sindicato já deveria estar fazendo uma campanha de reabertura de salas, mas o corporativismo e a política reformista o paralisam. O movimento deve fazer sua própria experiência com a direção burocrática e a CPE deve se esforçar por explicar politicamente a conduta da burocracia. A possibilidade de presença

de outras correntes no interior do movimento, a partir de sua projeção e crescimento, deve fazer com que a CPE atue de forma mais coesa e organizada. O trabalho frentista supõe a unidade com correntes políticas opostas à CPE, mas as divergências não devem servir para dividir ou bloquear o movimento. A unidade também não quer dizer uma mordalha na militância revolucionária. Ao contrário, ao expressar de forma mais precisa as tendências de luta, os revolucionários devem intervir com a maior iniciativa possível. As correntes tendem a se adaptar às pressões do movimento, e vão se revelando a partir de suas respostas aos problemas concretos.

11. O objetivo de realizar uma manifestação coletiva, aprovada na primeira plenária, é positiva e deve ser bem preparada. A principal tarefa da CPE está em expandir as forças do movimento, com a formação do comitê e o envolvimento no trabalho coletivo. A realização disso depende de um bom trabalho ao redor dos cadastros, dos abaixo-assinados e da divulgação das atividades do movimento. As bandeiras de luta devem ser desenvolvidas de forma a mostrar que não se trata de assistencialismo ou de juntar as pessoas para dar vagas. Organizamos um movimento cujo resultado dependerá da força de sua mobilização. O fato de estarmos num ano eleitoral traz elementos contraditórios para a mobilização. De um lado, a prefeitura será mais afetada pela pressão popular que ganhe simpatia da população. De outro, os governantes estão empenhados em colocar os recursos a serviço de suas campanhas eleitorais, desviando-os das necessidades reais da população. E sempre haverá o reformismo, que se enraiza no atraso político e que formula a solução dos problemas pela via do voto. A CPE se esforçará para dar confiança ao movimento e utilizar a pressão da realização de eleições em favor do movimento. Ao mesmo tempo, combaterá as tendências de solução eleitoral para os problemas e denunciará a campanha e demagogia burguesas. A defesa da estratégia da revolução proletária e da tática da ação direta das massas deve estar presente na atuação com o boletim.

“Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” (Lênin)

Iniciamos no Massas 274 uma seção de formação política sobre os clássicos do marxismo. Apresentaremos extratos das obras, o que não substitui sua leitura integral, com a finalidade de destacar os conceitos ali formulados. Começamos pelo Manifesto do Partido Comunista, de 1848, escrito por Marx e Engels de acordo com a resolução do Congresso da Liga dos Comunistas, de 1847, por ser o primeiro programa da classe operária e por se constituir num dos textos fundamentais do Socialismo Científico. Para uma melhor compreensão, recomendamos a leitura do texto “As três fontes constitutivas do marxismo”, de Lênin (já publicado no Massas).

18. Abolição da propriedade burguesa

O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa.

Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nessa única expressão: abolição (Aufhebung) da propriedade privada.

Ser capitalista significa ocupar na produção não somente uma posição pessoal, mas também uma posição social. O capital é um produto coletivo e só pode ser colocado em movimento pela atividade comum de muitos membros da sociedade e mesmo, em última instância, pela atividade comum de todos os membros da sociedade.

O capital, portanto, não é uma potência (Macht) pessoal; é uma potência social.

Assim, se o capital é transformado em propriedade comum pertencente a todos os membros da sociedade, não é uma propriedade pessoal que se transforma em propriedade social. Transforma-se apenas o caráter social da propriedade. Ela perde seu caráter de classe.

19. Salário e exploração

O preço médio do trabalho assalariado é o mínimo de salário, ou seja, a soma dos meios de subsistência necessários para que o operário viva como operário. Portanto, o que o operário assalariado obtém com sua atividade apenas é suficiente para reproduzir sua pura e simples existência. De modo algum pretendemos abolir essa apropriação pessoal dos produtos do trabalho necessários a reprodução da vida imediata, apropriação essa que não deixa nenhum lucro líquido (Reinertrag) capaz de conferir poder

sobre o trabalho alheio. Queremos apenas abolir o caráter miserável dessa apropriação, que faz com que o operário viva unicamente para aumentar o capital e só viva na medida em que o exige o interesse da classe dominante.

Na sociedade burguesa o trabalho vivo é apenas um meio para aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista o trabalho acumulado é apenas um meio para ampliar, enriquecer, promover o processo de vida do operário.

E a burguesia chama a supressão (Aufhebung) dessa situação de supressão da personalidade e da liberdade! E com razão. Porque se trata realmente da supressão da personalidade, da independência e da liberdade do burguês.

Horrorizai-vos porque queremos abolir a propriedade privada. Mas em vossa atual sociedade a propriedade privada já está abolida para nove décimos de seus membros; ela existe precisamente porque não existe para esses nove décimos. Censurai-nos, portanto, por querer abolir uma propriedade cuja condição necessária é a ausência de toda e qualquer propriedade para a imensa maioria da sociedade.

Numa palavra, censurai-nos por querer abolir vossa propriedade. De fato, é exatamente isso o que queremos.

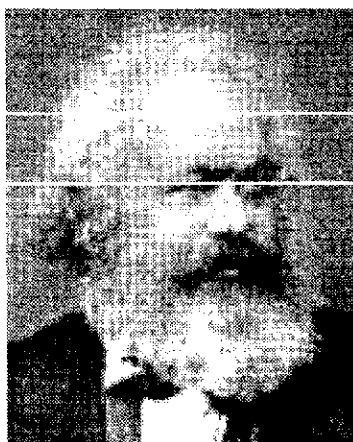
20. A educação é dominada pela burguesia

E vossa educação, não é ela também determinada pela sociedade? Não é determinada pelas relações sociais nas quais educais vossos filhos, pela ineq-

uidade mais ou menos direta ou indireta da sociedade através das escolas etc.? Os comunistas não inventaram a influência (die Einwirkung) da sociedade sobre a educação; procuram apenas transformar o seu caráter, arrancando a educação da influência da classe dominante.

21. Internacionalismo

Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tomar aquilo que não têm.



Como porém o proletariado deve, em primeiro lugar, conquistar a dominação política (die politische Herrschaft), elevar-se a classe nacional*, constituir-se ele mesmo em nação, ele é ainda nacional, embora de forma alguma no sentido que a burguesia atribui ao termo.

As separações e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade de comércio, com o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e com as condições de existência a ela correspondentes.

A dominação do proletariado fará com que desapareçam ainda mais. A ação unitária (Vereinigte Aktion), pelo menos nos países civilizados, é uma das primeiras condições de sua emancipação.

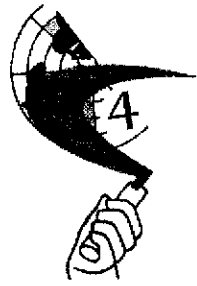
Na medida em que é abolida a exploração de um indivíduo por outro, é abolida também a exploração de uma nação por outra.

Com o desaparecimento do antagonismo das classes no interior das nações, desaparece também a posição de hostilidade entre as nações.

Nesta edição:

- Atentado na Espanha: a culpa é do imperialismo
- Cresce a luta de classe na América Latina

Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



**Atentado na Espanha:
a culpa é do imperialismo**

As mais de 200 mortes e mil feridos no atentado aos trens em Madri, na Espanha, são resultado da ofensiva intervencionista do imperialismo e do aumento da opressão nacional em todo mundo. Tudo indica que o atentado foi obra da organização Al Qaeda, de Osama Bin Laden. Logo depois do atentado, o governo espanhol do primeiro-ministro Aznar levantou suspeitas sobre a organização basca ETA. De uma forma ou de outra, o atentado expressa a revolta de grupos nacionalistas contra a opressão nacional. A opressão centenária sobre a nação basca na Espanha ou a opressão imperialista norte-americana no Oriente Médio e região.

O atentado individual (homem-bomba) ou de pequenos grupos é a forma do nacionalismo burguês de nações oprimidas se expressar diante do gigantesco aparato bélico dos Estados opressores. Essa forma de ação ganha força pela ausência de um movimento organizado do proletariado e demais oprimidos. Em outras palavras, pela ausência do partido revolucionário, que expressa nos países atrasados, semicoloniais, a luta antiimperialista de massa.

O governo espanhol tentou jogar a responsabilidade pelas mortes no ETA basco. Tinha em mente as eleições que se realizariam em poucos dias. O vínculo ao ETA fortaleceria as pretensões do governo direitista de se manter no poder a partir do apoio popular à repressão aos movimentos separatistas. Por outro lado, a identificação do atentado com grupos árabes, como a Al Qaeda, colocaria o governo como responsável na me-

tida que se juntou aos Estados Unidos na guerra de ocupação do Iraque e despertou a revolta das nacionalidades oprimidas da região contra a Espanha. As eleições acabaram assim tendo um caráter plebiscitário em relação ao apoio governamental à ocupação do Iraque: seu resultado indica o descontentamento da população espanhola com a adesão e submissão da Espanha aos EUA.

As grandes manifestações de massa que imediatamente se seguiram tiveram como centro a defesa da "paz". Os milhões foram às ruas para reivindicar o fim do terrorismo e da ameaça de novos atentados. Os protestos se voltaram contra o ETA e depois contra o governo. As massas nas ruas, movidas pela pressão do medo de novos atentados e pela confusão política, não enxergaram o verdadeiro inimigo da paz e a causa dos atentados: o intervencionismo imperialista e a opressão nacional. Dessa forma, toda essa movimentação tem sido usada justamente em benefício dos culpados: pede que os governos que praticam o terrorismo de Estado e assassinam milhares a todo momento com suas máquinas de destruição em massa reprimam os grupos terroristas que com seus pequeníssimos aparatos fustigam os opressores com atentados. Ou seja, as manifestações acabam fortalecendo o imperialismo e a opressão nacional, causas verdadeiras dos atentados.

O futuro governo espanhol, dos "socialistas" (na verdade socialdemocratas), anunciou que mandará retornar os soldados espanhóis do Iraque. É possível que isso se concretize, mas ao mes-

mo tempo, se elegeu com um discurso de maior repressão ao terrorismo do ETA. A fração burguesa que encabeça o novo governo mostra que sua atitude em relação ao Iraque atende apenas a pressões eleitorais: como fração capitalista, não deixará de exercer a opressão nacional. O real combate à intervenção militar sobre o Iraque exige o fim da ocupação militar dos EUA na região, o que o novo governo não reivindicará. As massas espanholas, e as bascas, têm pela frente a tarefa de derrubar a burguesia do poder do Estado pela revolução proletária, para assegurar assim o fim da opressão nacional e com ela os atentados terroristas.

A opressão nacional, que se estende pelo mundo todo a partir da etapa imperialista do capitalismo, não terá solução nas mãos de nenhuma fração burguesa. Os movimentos nacionalistas ou separatistas não serão capazes de realizar a independência nacional. O intervencionismo imperialista só tende a aumentar com o desenvolvimento da crise capitalista. Trata-se de uma necessidade da classe dominante diante da crise de superprodução, do agigantamento do parasitismo financeiro, da necessidade de controle de matérias-primas e de reconcentração de mercados e capitais. O imperialismo tende a aumentar a opressão nacional e social para se manter como sistema econômico dominante. As frações burguesas dos países semicoloniais, atrasados, surgiram e se desenvolveram como sócios menores dos capitalistas dos países desenvolvidos. Seus interesses materiais

estão ligados aos interesses dos opressores. Quando há atritos, o poder econômico e militar das potências fala mais alto. A inferioridade econômica e militar dessa classe social diante de seus sócios mandantes limita suas ações de contestação às ações individuais ou de pequenos grupos. Somente um levante geral e armado da população pode enfrentar a opressão nacional e vencer. Mas os capitalistas dos países atrasados e seus governos e organizações não têm como colocar em pé as massas oprimidas, porque estas combateriam também pelo fim da opressão de classe nativa. As burguesias atrasadas são incapazes de levar adiante e até o fim a luta antiimperialista. Seu destino é serem agentes da opressão nacional em seus próprios países, ou sucumbir à revolução proletária.

O grande obstáculo para que a luta antiimperialista ganhe expressão internacional na atualidade é a falta da intervenção do proletariado à frente das nações oprimidas contra o imperialismo.

Decorre da ausência do partido mundial da revolução socialista e de suas seções nacionais (partidos-programa) enraizadas nos movimentos de massa. O proletariado, pelo seu vínculo com a produção social, tem a força necessária para derrotar a burguesia e o imperialismo e alcançar a independência nacional como parte da emancipação geral dos oprimidos na revolução proletária, socialista. O proletariado não tem pátria, por isso projeta sua luta antiimperialista internacionalmente.

A política proletária para enfrentar a opressão nacional é a defesa da autodeterminação dos povos. Que cada nação possa decidir livremente os rumos que deseja tomar, sem nenhuma ingerência externa. Que resolva seus conflitos internamente. Que fabrique os produtos ou armamentos que julgue necessitar. Essa autodeterminação não pode se realizar sob o domínio de classe da burguesia. A bandeira de autodeterminação une o proletariado e demais oprimidos de to-

dos os países contra as burguesias de todos eles e, principalmente, contra a burguesia internacional, imperialista.

A luta conseqüente para acabar com os atentados é a luta pelo fim da opressão nacional. Em cada país, essa luta pode e tem de ser travada. A partir da defesa das reivindicações mais imediatas das massas, que estão em contradição com os interesses e necessidades de aumento do intervencionismo econômico e militar do imperialismo, pode-se levantar movimentos nacionais antiimperialistas. A partir da mobilização contra cada ato intervencionista do imperialismo, é preciso estimular essa luta e ligá-la às lutas imediatas. Construir a frente única antiimperialista, sob a direção e o programa do proletariado, para dar unidade e força a esse movimento. Construir o partido operário revolucionário, que expressa teoricamente as tendências mais profundas de luta das massas e se assenta no programa da revolução proletária.

Cresce a luta de classe na América Latina

Nas últimas semanas, os conflitos na América Latina avolumaram-se e todos eles têm sua raiz no crescente intervencionismo, econômico e militar, dos Estados Unidos sobre essas nações semicoloniais. A guerra civil no Haiti, que iniciou com os choques entre as frações oposicionistas e o governo de Jean-Bertrand Aristide, sofreu o intervencionismo militar e político dos Estados Unidos em conluio com a França. A deposição do governo haitiano pelas forças militares norte-americanas, o exílio na República Centro Africana, a nomeação de um primeiro-ministro fantoche -Gerard Latortue -, mostra bem a ação do imperialismo sobre as fronteiras de um país semicolonial. Intervém no conflito interno e impõe um governo títere, responsável por conter a ação das massas rebeldes e submeter o país a ordem estabelecida pelos Estados Unidos.

Gerard Latortue: um capacho

O passado de Gerard Latortue atesta o papel que desempenhará na atual crise. Latortue foi funcionário da ONU, Ministro das Relações Exteriores (1988) e consultor internacional de empresas. Portanto, foi ministro do general Henri Manphy, que assumiu o poder depois da derrubada da ditadura sangrenta e corrupta de Jean-Claude Duvalier, conhecido como "Baby Doc" e homem de confiança dos Estados Unidos.

O presidente exilado, Aristide conclamou os seus seguidores a uma "resistência pacífica contra a ocupação do país". Ao contrário, o conflito continua intenso e os defensores da volta de Aristide têm enfrentado a violenta repressão nas ruas da capital.

O novo governo assumirá o plano imperialista de desarmar

a população e liquidar com as frações que resistirem aos ditames do intervencionismo.

A intervenção da ONU

As forças militares, multinacionais, que cercaram o Haiti e ajudaram na derrubada do governo de Aristide, exigem que não só os Estados Unidos enviem tropas para a ocupação e "desarmamento" dos grupos rebeldes. As tropas do Canadá, França e Chile, juntamente com as dos Estados Unidos, invadiram o país. O Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, declarou que serão necessários 5000 soldados e destes 2000 são norte-americanos.

O governo PT/Lula assumiu o compromisso de enviar 1100 soldados. Mas a França quer que o Brasil exerça uma ação mais direta, comandando a força militar da ONU. O envio de militares para garantir o intervencionismo dos Estados Unidos no Haiti expõe a natureza de classe do governo e o grau de submissão aos organismos do imperialismo, a exemplo da ONU.

Manifestações e conflitos nas ruas

A capital está cercada pelos fuzileiros e pelos blindados norte-americanos. Apesar do dirigente do maior grupo rebelde, Guy Philippe, ter declarado intenção de desarmamento, os conflitos são diários. Os setores que exigem o retorno de Aristide saíram às ruas e enfrentam os rebeldes contrários ao governo e os fuzis dos invasores. Com as próprias mãos, os rebeldes assassinam e queimam vivo em praça pública homens ligados

à repressão do governo Aristide. A fome se alastra e com ela os saques são constantes.

A guerra civil no Haiti só será contida por meio da violenta repressão ou pela colaboração dos principais dirigentes das frações oposicionistas.

A ausência do partido revolucionário

A história do Haiti é de golpes e de ditaduras corruptas e sangrentas. Em todos eles, esteve presente o poderio militar dos Estados Unidos. A população pobre encontra-se dividida entre os seguidores de Aristides e oposicionismo. Não foi capaz de construir o partido marxista, capaz de transformar a guerra civil em revolução proletária. Derrubar os governos e instaurar a ditadura da maioria contra a minoria haitiana e o intervencionismo estrangeiro. A autodeterminação do país só será alcançada através da insurreição proletária, que porá fim à exploração capitalista, expulsará os invasores e derrotará a minoria burguesa.

A solução do atraso econômico do país e da miséria das massas está condicionada à construção do partido revolucionário, que tem em seu programa a defesa de reivindicações transitórias, como a erradicação da fome e a soberania do país, combinadas com a luta antiimperialista e anticapitalista. Sob os alicerces do sistema de opressão nacional e de classe, o Haiti continuará sendo colônia do imperialismo.

Venezuela

Depois do golpe de 12 de abril de 2002, organizado pelos Estados Unidos e a Fedecámaras (organismo da burguesia pró-imperialista), que chegou a nomear Pedro Carmona no posto de presidente, no lugar de Hugo Chaves, a Venezuela vive sob intensos conflitos. Tratava-se de um golpe desfechado pela oligarquia petrolífera, burocracia sindical, igreja e o imperialismo. Carmona foi empossado para revogar as medidas de caráter nacionalista do governo Chaves, entrega de títulos de posse de terra a camponeses pobres e controle estatal sobre o petróleo, mas uma rebelião popular ganhou as ruas e impôs a volta do presidente deposto.

As potências imperialistas, FMI e as multinacionais planejaram o golpe e em seguida prometeram empréstimos, compra do petróleo e investimentos de multinacionais, na tentativa de quebrar a resistência anti-golpista do setor radicalizado pró-Chaves. Os meios de comunicação colocaram-se a serviço da propaganda imperialista de prosperidade econômica, que resultaria em empregos e condições de vida melhores à população pobre. O retorno de Chaves não significou o fim da ação golpista. Ao contrário, continuam preparando para que da próxima vez o governo seja definitivamente removido. As pressões são constantes, boicote econômico, ameaça de multinacionais abandonarem o país por falta de segurança, devaluação do valor do dólar etc. Agem para aumentar a crise e justificar o fracasso do governo.

Por outro lado, Chaves procura uma via de negociação com esses setores reacionários. Não ataca o poder econômico do imperialismo na Venezuela, expropriando as multinacionais, os latifundiários, os banqueiros e os grandes grupos empresariais. Embora, em palavras, esteja contra o poderio dos Estados Unidos e contra as medidas de saque do imperialismo.

Um mês após o golpe, Chaves aceitou se submeter a um referendo popular, em agosto de 2003, que confirmaria ou não sua conclusão de mandato presidencial. Mesmo assim, a maior estatal petrolífera (PDVSA), Federação de bancos e empresas aéreas paralisaram o país, na greve geral, no mês de dezembro. A greve trouxe protestos da população por falta de mercadorias e combustível. A greve de 63 dias tinha o propósito de derrubar o governo. Chaves interveio e reprimiu o movimento.

O referendo popular, que pressupunha a coleta de assinaturas, foi concluído. A oposição coletou 3,4 milhões para a convocação do referendo. Porém, o Conselho Nacional Eleitoral considerou válidas somente 1,8 milhão, mas são necessárias 2,4 milhões. Mesmo comprovando a fraude, o CNE deu mais um prazo para a coleta de mais de 600 mil assinaturas.

De um lado, a oposição pressiona o CNE para validar a fraude e, de outro, a ala chavista denuncia a corrupção e as tentativas de desestabilizar o governo. Na ruas, a população comparece dividida. Uma parcela apóia os oposicionistas e a maioria pobre está com Chaves. As manifestações ganharam as ruas. A repressão tem sido violenta.

● Incapacidade do governo Chaves e a tarefa de uma direção revolucionária

Embora se oponha à fração burguesa pró-imperialista e golpista Hugo Chaves é um governo burguês com características nacionalistas. Por isso, é incapaz de ser consequente no enfrentamento com o imperialismo e a fração burguesa colaboracionista. Para ser consequente implica expropriar as grandes empresas e bancos e colocá-las sob o controle popular.

A luta antiimperialista não se dá no terreno da democracia burguesa (eleição, referendo popular, respeito à Constituição etc) e nem por vias consideradas pacíficas. O imperialismo atua sobre as fronteiras do país venezuelano por meio da força econômica e militar. Não há como combatê-lo senão por meio da violência revolucionária das massas. Isso porque, na fase atual de domínio imperialista dos monopólios, os países semicolônias não podem realizar reformas democráticas de interesse nacional, como a reforma agrária, a erradicação da fome, independência nacional, sem romper os elos do sistema econômico capitalista. O governo Chaves é impotente. Seu nacionalismo ludibria as massas e retarda a luta revolucionária contra os opressores nacionais e imperialistas.

A crise na Venezuela não tem solução nos limites do regime capitalista, como também não há como resolvê-la apoiando-se no nacionalismo burguês. Está colocada a tarefa de pôr em pé o partido revolucionário, que tem como estratégia a revolução socialista, única capaz de solucionar os graves problemas do país e da maioria oprimida.

Argentina

O governo Nestor Kirchner aceitou as regras do FMI. Apesar das críticas que vinha fazendo às imposições do Fundo Monetário e dos discursos em torno do não pagamento da dívida, Kirchner terá de "negociar" com os monopólios estrangeiros o pagamento da dívida, um montante de 88 bilhões de dólares.

A manobra do governo de se colocar contra a volumosa dí-

vida e de exigir a redução de 75% de seu valor nominal tinha o objetivo de obter o respaldo de uma parte da população.

O fato é que os credores imperialistas exigem que Kirchner siga integralmente as orientações do FMI, o que significa mais sacrifícios para as massas. Por outro lado, enfrenta a pressão dos desempregados e subempregados que reivindicam o cumprimento das promessas de emprego pleno.

A classe operária e demais oprimidos, que mostraram combatividade com os bloqueios, piquetes massivos e com a derrubada de governos anteriores, está obrigada a retomar com maior força as manifestações radicais contra o governo e o saque imperialista. E a confiar em suas próprias forças.

O Partido Operário Revolucionário (POR-argentino) e as reivindicações das massas

Em seu jornal *Massas*, o POR faz campanha dizendo:

Para acabar com o desemprego:

- Necessitamos de 5 milhões de postos de trabalho plenos
- Temos de impor a redução da jornada de trabalho de 8 horas
- Um Plano de obras públicas, sob nosso controle, para atender nossas necessidades
- E repartir todas as horas disponíveis de trabalho entre todos os trabalhadores

Para acabar com a fome e a miséria

- Imponhamos já um salário e aposentadoria mínimos iguais às necessidades de uma família. Reajustados de acordo com a elevação do custo de vida;
- Fim das condições escravistas de trabalho;
- Derrubar a reforma trabalhista e os convênios assinados pela burocracia nas nossas costas. Impedir que se exporte um só grão de cereal ou o quilo de carne até que estejamos seguros de que não falte comida em nenhuma mesa, que não haja desnutridos no país;

Para acabar com a opressão imperialista

- Desconhecer os acordos com o FMI e o Banco Mundial;
- Não pagar a dívida externa;
- Recuperar todas as empresas e os recursos vitais expropriando as multinacionais;
- Fim da pátria financeira;
- Não à Alca.

Essas reivindicações não se conquistam por meio de leis, votações ou de discursos de governo. Só podem ser alcançados por meio da ação direta das massas.

.....
Bolívia

As massas bolivianas derrubaram o governo de Sánchez de Lozada e no seu lugar foi empossado Carlos Mesa, um liberal reacionário. O *Jornal Massas* do POR boliviano diz:

"Chegou a vice-presidência (Mesa) na frente gonista e para tira a vantagem da queda de seu companheiro eleitoral, declarou-se "apolítico", mas em momento algum deixou de ser manuseado pelos politiquieiros e de apoiar-se em seus íozos.

Ofereceu melhorar a situação de todos, de explorados e exploradores, mas velozmente piorou de uns em prol de outros. A maioria desempregada e faminta foi empurrada a conhecer o inferno e os exploradores continuam muito bem. O que apareceu ganhando aplauso generalizado, agora vai ganhando aceleradamente a repulsa de todos. Aproxima-se o fim de seus dias.

As camadas populares vão se enfurecendo e exigem a solução de seus problemas, que o capitalismo putrefato não pode cumprir. Vislumbra no horizonte a revolução social, a rebelião da propriedade social, do proletariado, como dirigente da nação oprimida pelo imperialismo".

Conclui assim: " Não se trata de substituir na presidência ou no parlamento um burguês por outro; constituir uma constituinte burguesa; embriagar o povo com o sonho da saída soberana para o mar, matando-o de fome. A solução é enterrar toda a burguesia e sua grande propriedade privada, o mesmo deve ser feito com as multinacionais e o imperialismo, instaurando a ditadura do proletariado por meio da revolução".

Trabalhar pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina e Caribe

O Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Proletária, tem como fundamento a defesa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Isso porque permite trabalhar pela unidade e cooperação das nações semicoloniais do continente e travar a luta contra o intervencionismo econômico e militar das potências imperialistas. A integração dos países latino-americanos só se dará derrotando o saque imperialista, que se manifesta pela intervenção bélica, pelos planos neoliberais e pela estratégia norte-americana de imposição da Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

As burguesias latino-americanas já se comprovaram incapazes de unir o continente em um movimento antiimperialista. Estão, hoje, mais submissas do que nunca. A derrocada do imperialismo e a unidade latino-americana virão por intermédio da revolução proletária. Somente erguendo as bases de uma nova sociedade – socialista –, onde não haja opressão de uma nação sobre a outra e sim a cooperação e unidade, é que a maioria oprimida expulsará o imperialismo e erradicará as consequências nefastas de sua dominação.

Os arremedos democratizantes e nacionalistas, que preservam o sistema de opressão social e nacional, só servem para retardar a tarefa de pôr em pé os partidos revolucionários, que têm em seu programa a estratégia da revolução e ditadura proletárias. O PT tem cumprido a função pró-imperialista.

Na Bolívia amadurecem as condições para a revolução socialista. O POR boliviano trabalha no meio das massas insurretas com a bandeira de que a revolução começando em seu país terá de se estender para outros países latino-americanos. A bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina comparece como uma exigência imediata diante dos acontecimentos.

No Brasil, o Partido Operário Revolucionário, integrante do Comitê de Enlace, levanta as bandeiras antiimperialistas e anticapitalistas. Autodeterminação dos povos semicoloniais e Estados Unidos Socialistas da América Latina estão intimamente ligadas com a estratégia da revolução proletária.